

# Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47  
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 2.117.447 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 20.927.447 mil, Ativos Totais de R\$ 23.498.794 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 926.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

A Companhia deliberou durante o exercício, aumentar o Capital Social com emissão de novas ações no montante de R\$ 889.200 mil e com Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 671.200 mil elevando-o de R\$ 8.839.600 mil para R\$ 11.148.580 mil.

Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 18 de abril de 2019.

**Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2018	2017
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>730.552</b>	<b>872.568</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	9.542	37.376
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 7)	14.815	-
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a)	706.017	835.014
Valores a Receber	178	178
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>22.768.242</b>	<b>20.781.183</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>2.677.386</b>	<b>2.297.476</b>
Valores a Receber (Nota 8)	1.213.892	1.148.122
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	541.768	407.303
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17e)	693.339	546.422
Créditos Tributários (Nota 17c)	228.387	195.629
<b>Investimentos (Nota 9)</b>	<b>20.090.856</b>	<b>18.483.707</b>
<b>TOTAL</b>	<b>23.498.794</b>	<b>21.653.751</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2018	2017
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>892.668</b>	<b>2.017.277</b>
Impostos e Contribuições a Recolher	22	3
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 12e)	891.558	1.059.086
Outras Obrigações (Nota 10)	1.088	958.188
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.678.680</b>	<b>529.659</b>
Provisão para Impostos e Contribuições	36.632	27.745
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11b)	622.407	501.914
Outras Obrigações (Nota 10)	1.019.641	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20.927.446</b>	<b>19.106.815</b>
Capital Social (Nota 12a)	10.400.000	8.839.600
Reservas de Lucros	10.012.576	9.831.192
Outros Resultados Abrangentes	514.870	436.023
<b>TOTAL</b>	<b>23.498.794</b>	<b>21.653.751</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>2.113.833</b>	<b>2.386.814</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	2.162.817	2.413.043
Resultado Financeiro (Nota 15)	42.151	47.607
Resultado na Alienação de Investimentos	8.620	36.719
Despesas Tributárias (Nota 13)	(94.426)	(109.741)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(5.329)	(814)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>2.113.833</b>	<b>2.386.814</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)</b>	<b>3.614</b>	<b>8.943</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.117.447</b>	<b>2.395.757</b>

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)

	2018	2017
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 12b)	3,16	3,74

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>2.113.833</b>	<b>2.386.814</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:</b>		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.162.817)	(2.413.043)
Resultado na Alienação de Investimentos	(8.620)	(36.719)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	(39.950)	(43.556)
Provisão para Riscos Fiscais	94.400	109.662
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b>	<b>(3.154)</b>	<b>3.158</b>
(Aumento) em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	(14.935)	-
(Aumento)/Redução em Ativos	(35.926)	137.701
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	1.017	(7)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(22.315)	-
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais</b>	<b>75.313</b>	<b>140.852</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Alienação de Investimentos	21.496	100.573
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	267.169	131.196
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>288.665</b>	<b>231.769</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Contrato de Mútuo	(71.300)	(185.000)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(169.886)	(174.978)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(241.186)</b>	<b>(359.978)</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(27.834)</b>	<b>12.643</b>
Início do Exercício	37.376	24.733
Fim do Exercício	9.542	37.376
<b>Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(27.834)</b>	<b>12.643</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>2.117.447</b>	<b>2.395.757</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.619)	207.450
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>2.115.828</b>	<b>2.603.207</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em Milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").  
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2019.

**2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.  
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

**3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**a) Moeda funcional e de apresentação**  
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis, estão apresentadas em milhares de reais.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

**c) Instrumentos financeiros**  
**(i) Classificação dos ativos financeiros**  
A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido. O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

**Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**  
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.  
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.  
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

**Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**  
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

**(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico**  
O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

**d) Investimentos**  
Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminadas na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 9.

**Ágio (Goodwill)**  
O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

**e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**  
A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2018 e de 2017, não houve perda por *impairment*.

**f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:  
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;  
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;  
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

**9) INVESTIMENTOS**  
Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresas	Patrimônio líquido ajustado		Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social (%)	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
	Capital social			ON	PN		2018	2017	2018	2017
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") (1) (3)	22.000.000	42.865.938	4.641.043	3.755.571	-	45,71	19.595.637	18.011.344	2.117.302	2.346.439
Bradespar (1) (4) (5) (7)	4.100.000	10.117.073	1.190.496	1.675	-	0,48	48.691	44.370	5.578	13.108
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1)	280.000	526.499	32.205	44.867	-	50,00	263.249	241.122	16.102	40.182
NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (5)	4.593.804	9.161.436	824.722	1.752	-	0,08	7.247	6.751	644	691
Bradesco (1) (4) (5)	67.100.000	124.715.969	16.583.915	9.333	-	0,14	173.212	177.300	23.191	12.623
Ágio - Bradespar (6)	-	-	-	-	-	-	2.820	2.820	-	-
<b>Total</b>							<b>20.090.856</b>	<b>18.483.707</b>	<b>2.162.817</b>	<b>2.413.043</b>

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018;  
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;  
(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (24,01%) e na Bradespar (12,98%);  
(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco foi divulgada em 8 de março de 2019 e da Bradespar foi divulgada em 28 de março de 2019;  
(5) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;  
(6) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e  
(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

**10) OUTRAS OBRIGAÇÕES**  
Refere-se basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2021, no montante de R\$ 1.019.641 (2017 - R\$ 958.099).

**11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS**  
**a) Ativos contingentes**  
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

**b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais**  
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.  
Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.  
Os principais processos referem-se a: (i) não incluído, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 541.768 (2017 - R\$ 407.303).

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.  
O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo do ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>7.666.200</b>	<b>387.624</b>	<b>8.405.091</b>	<b>228.573</b>	-	<b>16.687.488</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.395.757	2.395.757
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	207.450	-	207.450
<b>Resultados Abrangentes do Exercício</b>	-	-	-	-	-	<b>2.603.207</b>
Aumento de Capital Social por Subscrição (Nota 12a)	916.120	-	-	-	-	916.120
Aumento de Capital Social com Reservas (Nota 12a)	257.280	-	(257.280)	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	119.788	1.175.969	-	(1.295.757)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12e)	-	-	-	-	(1.100.000)	(1.100.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>8.839.600</b>	<b>507.412</b>	<b>9.323.780</b>	<b>436.023</b>	-	<b>19.106.815</b>
Ajustes Reflexo de Controlada de Adoção de Novas Práticas Contábeis	-	-	-	80.466	(338.863)	(258.397)
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>8.839.600</b>	<b>507.412</b>	<b>9.323.780</b>	<b>516.489</b>	<b>(338.863)</b>	<b>18.848.418</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.117.447	2.117.447
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.619)	-	(1.619)
<b>Resultados Abrangentes do Exercício</b>	-	-	-	-	-	<b>2.115.828</b>
Aumento de Capital Social por Subscrição (Nota 12a)	889.200	-	-	-	-	889.200
Aumento de Capital Social com Reservas (Nota 12a)	671.200	-	(671.200)	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	105.872	746.712	-	(852.584)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12e)	-	-	-	-	(926.000)	(926.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>10.400.000</b>	<b>613.284</b>	<b>9.399.292</b>	<b>514.870</b>	-	<b>20.927.446</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>2.117.447</b>	<b>2.395.757</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.619)	207.450
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>2.115.828</b>	<b>2.603.207</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

•

